

XII Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia, Facultad de Humanidades y Centro Regional Universitario Bariloche. Universidad Nacional del Comahue, San Carlos de Bariloche, 2009.

“Trabalhadores do Brasil”: Apropriações do Primeiro de Maio pelo governo Getúlio Vargas (estudo centrado nas imagens e mensagens sobre a data).

Bilhao, Isabel.

Cita:

Bilhao, Isabel (2009). *“Trabalhadores do Brasil”: Apropriações do Primeiro de Maio pelo governo Getúlio Vargas (estudo centrado nas imagens e mensagens sobre a data)*. XII Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia, Facultad de Humanidades y Centro Regional Universitario Bariloche. Universidad Nacional del Comahue, San Carlos de Bariloche.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-008/1298>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

“Trabalhadores do Brasil”: Apropriações do Primeiro de Maio pelo governo Getúlio Vargas (estudo centrado nas imagens e mensagens sobre a data)*

Bilhão, Isabel

Na presente comunicação objetivo analisar as transformações nas concepções e formas de comemorar o Primeiro de Maio a partir do advento da ditadura Vargas, conhecida como Estado Novo, no período de 1937 a 1945, para tanto, utilizo como fontes de pesquisa algumas imagens fotográficas que apresentam aspectos das comemorações ainda no período da Primeira República (1889-1930), comparando-as com aquelas produzidas nas comemorações do período varguista, além disso, analiso alguns trechos das mensagens presidenciais proferidas nas comemorações do Primeiro de Maio entre os anos 1938 e 1940, procurando observar tantos os usos políticos e sociais quanto a concepção governamental da data.

No Brasil as comemorações do Primeiro Maio iniciaram-se, na cidade do Rio de Janeiro, em 1981, e foram marcadas, especialmente a partir dos primeiros anos do século XX, pela realização de desfiles nos principais centros urbano-industriais do país, nesses préstitos, famílias operárias, vestindo suas melhores roupas, tomavam as ruas das cidades, carregando símbolos de seus ofícios e estandartes de suas associações, e apesar de todas as diferenças em relação à visão da data, e de todas as rivalidades que animavam os debates das lideranças operárias de diversas tendências ideológicas, parecia existir um ponto de concordância: “quem não é visto não é lembrado”; ou seja, independentemente das controvérsias em torno das formas de comemorar e dos significados da data, todos entendiam que esse dia deveria ser marcado pela demonstração pública da presença operária nas cidades.

Os desfiles eram em geral precedidos de longas explicações publicadas nos jornais operários, nas quais não apenas se destacava a importância e o significado da data como também se fazia o apelo ao associativismo, enfatizando-se seu caráter internacional e a necessidade de provar aos operários europeus – referência constante – que no Brasil também poderia existir operariado consciente.

* Essa discussão faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo, desenvolvido junto ao Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina, com financiamento do CNPq, intitulado “Imagens e mensagens do Primeiro de Maio: disputas e transformações nas representações da data ao longo do período republicano brasileiro”.

O exemplo a seguir vem da cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, e ilustra a forma geralmente empregada nos desfiles operários comemorativos do Primeiro de Maio, realizados no final do século XIX e primeiras décadas do século XX:

Comissão de festejos; [primeira] Banda de música; três distintas jovens trajando de ricas vestes e simbolizando as aspirações do povo: as exmas. jovens D. Elisa Sonnenstrahl representando a liberdade; D. Antonia Bauer, a redução das horas do trabalho; D. Leopoldina Schacherslchener, a República livre, em seguida a Bandeira Brasileira;

Seguidas das várias associações operárias com seus respectivos estandartes:

Liga Operária Internacional; [outra] Banda de música; a Sociedade União Marítima; Operários da Companhia Industrial, com sua respectiva banda de música; Caixa dos Operários Navais; Sociedade Operária Sueca; Comissão do Partido Socialista; Allgemeiner Arbeiterverein; Ao lado da bandeira desta iam duas moças, trajando vestes brancas: donas Maria Lederhilger e Theresa Zeller-Rethaler¹

Nessa descrição observam-se as principais demandas operárias do período – com ênfase à redução da jornada de trabalho. Mas, principalmente, pode-se ver o caráter ritual empregado no desfile: o cortejo, em forma de procissão, é realçado pelo fato das “senhoritas”, trajando ricas vestes ou vestidas de branco, simbolizarem as mais importantes e puras aspirações operárias.

Essa forma de marcar as comemorações do Primeiro de Maio ainda era bastante usual quando, em 1910, o Marechal Hermes da Fonseca foi eleito presidente da República. Proveniente do Rio Grande do Sul, estado com forte inclinação Positivista em sua tradição política, Hermes da Fonseca, apoiando-se no discurso *comtiano* de “incorporação do operariado à sociedade”, procurou aproximar-se de entidades sindicais, especialmente as de caráter reformista, ou seja, aquelas entidades compostas em sua maioria pelo funcionalismo público, cujas lideranças acreditavam na possibilidade de negociação e colaboração com o Estado como forma de alcançar melhorias nas condições de vida dos trabalhadores. Na fotografia abaixo se observa

¹ *Gazetinha*, Porto Alegre, 6/5/1897, p. 2.

algumas lideranças desses sindicatos participando da inauguração das obras da vila operária Marechal Hermes, no Rio de Janeiro, durante as celebrações do Primeiro de Maio de 1913².



4. Sindicatos reformistas na celebração do 1º de Maio de 1913, na Vila Proletária Marechal Hermes, Rio de Janeiro.

Na imagem, os líderes operários empunham orgulhosamente os estandartes, ricamente adornados, símbolos de suas respectivas associações. Provavelmente este seria o ponto de chegada ou de partida do préstito. O cuidado com os trajés e com a postura frente ao fotógrafo permite inferir a solenidade do momento e também observar a importância que essas lideranças davam a esse tipo de registro.

Entretanto, nesse mesmo período, as festividades promovidas pelas associações operárias passaram a enfrentar a concorrência cada vez maior daquelas promovidas por empresários e pelo governo. Nesse sentido, segundo Lucina Arêas, havia uma campanha de apropriação da data, por parte do poder público que seguia dois eixos principais: “O primeiro era a tentativa de monopolização das comemorações do Primeiro de Maio nas mãos do governo” e, o segundo, “era a transformação progressiva do Primeiro de Maio em feriado oficial”³, situação efetivada em 1924, quando o presidente Artur Bernardes decretou que a data seria considerada, a partir do ano seguinte, feriado nacional.

² BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2000.

³ ARÊAS, Luciana Barbosa. “As comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro (1890-1930)”. *História Social*, IFCH/UNICAMP, nº 4/5, 1997/1998, p. 16-17.

Nesse caso, além de disputarem entre si seus diferentes significados, as lideranças operárias precisaram enfrentar uma outra importante “batalha”: a de competirem com o governo e com os empresários pela definição do Primeiro de Maio, como “Dia do Trabalho” ou do trabalhador; como feriado nacional ou como dia de greve.

De qualquer modo, pelo menos até a década de 1920, a forma característica de comemorar a data manteve-se sem grandes alterações. O préstito congregando os trabalhadores e suas famílias, bem como símbolos e bandas musicais, estiveram presentes nas principais cidades do país, fosse em desfiles festivos, fosse em *meetings* de protesto, o elemento variante era em geral o teor do discurso das lideranças (ora mais violentos ou revolucionários, ora mais colaborativos ou reformistas), a tomada das ruas, no entanto, manteve-se um elemento constante.

A próxima imagem retrata um desses grandes préstitos: a manifestação operária de 1º de maio de 1919, realizada na cidade do Rio de Janeiro. Nela, observa-se a grande passeata que se deslocou da Praça Mauá pela Avenida Rio Branco encerrando-se em frente ao Teatro Municipal⁴.

⁴ Imagem Reproduzida da *Revista da Semana*, 10/05/1919.



Observando a grande e variada multidão que ganha as ruas, pode-se perceber alguns características do contexto operário do período, especialmente o fato de que este foi marcado por grandes manifestações contra o aumento abusivo dos preços dos gêneros alimentícios em decorrência da I Grande Guerra, e pela deflagração de greves gerais em várias cidades do país, entre os anos de 1917 e 1919, situação que se reflete no comparecimento expressivo de trabalhadores e suas famílias às comemorações do Primeiro de Maio.

Durante os anos 1920, com o crescimento dos movimentos sociais e políticos, o fantasma da Revolução Russa passou a assombrar ainda mais as elites brasileiras, além disso, as incertezas sociais, políticas e econômicas do período entre guerras, fizeram com o modelo liberal, baseado na democracia parlamentar, fosse posto em xeque. Nas palavras de Maria Helena Capelato,

Nessa época novas vozes se levantaram colocando novas soluções para o controle popular: a fim de evitar a eclosão das revoluções, propuseram que o controle social fosse feito por meio da presença de

um Estado forte comandado por um líder carismático, capaz de conduzir as massas pelo caminho da ordem⁵.

A partir da década de 1930, com a instauração do governo de Getúlio Vargas, uma série de medidas visando garantir o controle e a intervenção governamental nas relações sociais foram levadas a efeito, dentre elas, destaca-se a criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, órgão que tornaria mais efetiva a interferência do Estado nas comemorações do Primeiro de Maio e que, especialmente durante a ditadura do Estado Novo, manteve o monopólio da organização das comemorações da data em todo o país.

A partir de 1938, as comemorações do Primeiro de Maio tornaram-se parte do calendário de festividades oficiais e foram retiradas das ruas, passando a ocorrer em espaços circunscritos, especialmente em estádios de futebol. Acentuando-se ao, mesmo tempo, o caráter festivo de integração entre capital e trabalho e a percepção do governante como bem-feitor do operariado, estratégia ressaltada pela participação do presidente Vargas, quando este, no encerramento da solenidade, saudava aos “trabalhadores do Brasil” e anunciava a decretação de uma nova lei trabalhista.

No ano de 1938, por exemplo, o Presidente, fazendo um balanço das mudanças ocorridas a partir da instauração do Estado Novo, elogiou o reordenamento social pelo qual passava o país, destacando a necessidade da cooperação entre as classes, e apregoou:

O governo não deseja em nenhuma hipótese, o dissídio das classes nem a predominância de umas sobre outras. Da fixação dos preceitos de cooperativismo na Constituição de 10 de novembro deverá decorrer, naturalmente, o estímulo vivificador do espírito de colaboração entre todas as categorias de trabalho e de produção. Essa colaboração será efetivada na subordinação ao sentido superior da organização social⁶.

⁵ CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, p. 43.

⁶ BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto, *Textos Políticos da História do Brasil, Volume VI*, Brasília: Senado Federal, 2002, p. 549.

Inaugurava-se então o que Ângela da Castro Gomes chama de “o tempo festivo” do regime⁷, no qual se combinavam a personificação da figura do governante com rituais de exaltação ao nacionalismo e à centralização governamental, refletindo a reformulação pela qual passava a concepção de Estado no Brasil, marcada pelo abandono da opção liberal e federativa, que caracterizou a Primeira República, e pela adoção, a exemplo de outros países, de um modelo interventor, controlador e regulador das relações sociais.

Dentro dessa nova ótica, o mundo do trabalho passou a ter especial relevância e ser trabalhador tornou-se sinônimo de ser patriota. Nas palavras de Vargas, durante o comício de Primeiro de Maio de 1939, a idéia era assim definida:

O nosso progresso não pode ser obra exclusiva do Governo, e sim de toda a Nação, de todas as classes, de todos os homens e mulheres, que se enobrecem pelo trabalho, valorizando a terra em que nasceram. [...] Constitui preocupação constante do regime que adotamos difundir entre os elementos laboriosos a noção da responsabilidade que lhe cabe no desenvolvimento do país, pois o trabalho bem feito é uma alta forma de patriotismo, como a ociosidade uma atitude nociva e reprovável⁸.

Ainda conforme Castro Gomes, essa seria a lógica do “quem tem ofício tem benefício”⁹, ou seja, só estaria integrado aos direitos básicos de cidadania aquele que trabalhasse e, portanto, contribuísse para desenvolvimento nacional sendo, por sua vez, amparado pelo governo, recebendo os benefícios da legislação trabalhista, inspirada na *Carta del Lavoro*, editada por Mussolini em 1927.

Tal legislação, implantada entre os anos de 1938 e 1943, visava, entre outras medidas, a regulamentação do trabalho feminino e infantil, o estabelecimento da jornada diária de oito horas de trabalho, do salário mínimo nacional e a criação do 13º salário, entretanto, beneficiava somente aqueles trabalhadores filiados a sindicatos

⁷ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 200.

⁸ BONAVIDES e AMARAL, Idem, p. 550.

⁹ GOMES, Idem, p. 163.

constituídos com base na lei sindical de 1931, ou seja, reconhecidos e fiscalizados pelo Ministério do Trabalho¹⁰.

Os efeitos dessa regulamentação estatal podem ser observados também na busca de normatização e controle do cotidiano operário, expresso, por exemplo, na mensagem do Ministro do Trabalho que, durante várias décadas, esteve presente nas primeiras páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, documento criado em 1932, com a finalidade de registrar todos os eventos ligados a vida profissional do trabalhador. Nas palavras de Agamenon de Magalhães (ministro de 1935 a 1942),

A carteira, pelos lançamentos que recebe, configura a história de uma vida. Quem a examina, logo verá se seu portador é um temperamento aquietado ou versátil; se ama a profissão escolhida ou se ainda não encontrou a própria vocação; se andou de fábrica em fábrica como uma abelha, ou permaneceu no mesmo estabelecimento, subindo a escala profissional. Pode ser um padrão de honra. Pode ser uma advertência.

Como se pode observar na imagem abaixo, as comemorações do Primeiro de Maio não passaram incólumes por todas essas transformações. A fotografia mostra um aspecto da “Manifestação cívica” do Dia do Trabalho, em homenagem ao Presidente Vargas, realizada no estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, em 1941¹¹.

¹⁰ Uma Nova Lei sindical, em 1939, manteve e reforçou os princípios elaborados em 1931, estabelecendo ainda a existência de um único sindicato para cada categoria profissional.

¹¹Estádio do Vasco da Gama. As Imagens apresentadas nesse trabalho foram retiradas do site: www.cpdoc.fgv.br do Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CDA Vargas).



Como salienta Maria Helena Capelato, “o poder utiliza meios espetaculares para marcar sua entrada na história (comemorações, festas de todo o tipo, construções de monumentos)”¹². Com esse espírito, durante o regime do Estado Novo, o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio se encarregou da organização das comemorações do Primeiro de Maio em todo o país.

Pode-se observar na fotografia a permanência do caráter ritual do desfile e a manutenção da banda musical, contudo, o que mais chama atenção são as diferenças, entre as mais marcantes: o aspecto circunscrito do espaço, não mais as ruas das cidades, mas os estádios de futebol servirão como palco das comemorações, permitindo a manutenção da ordem e do controle sobre os participantes.

Além disso, os trabalhadores deixaram de ser os protagonistas para se tornarem espectadores do grande espetáculo, cujo ponto culminante é a homenagem ao presidente da República, que personifica não apenas o governo, mas também a nova legislação social que vem sendo implantada.

A próxima imagem mostra um aspecto das homenagens realizadas no ano de 1942, também no Estádio São Januário, no Rio de Janeiro e ajuda a compreender a dimensão alcançada por essa personificação, especialmente se levarmos em

¹² CAPELATO. Idem, p. 41.

consideração a observação de Capelato de que “nas políticas de massa as potencialidades dramáticas são mais fortes e o mito da unidade ligado à imagem do líder torna o cenário da teatralização especialmente adequado ao convencimento”¹³.



Cumprindo a determinação de um decreto presidencial de 1938, as bandeiras, hinos e demais símbolos estaduais foram suprimidos em todo o território nacional, sendo permitido, até o final do Estado Novo, em qualquer solenidade cívica, política ou festiva, apenas o hasteamento da Bandeira Nacional Brasileira. Essa foi uma das maneiras de marcar, no plano simbólico, a centralização político-administrativa pela qual passava o país. Na imagem, percebe-se que as bandeiras e estandartes das organizações operárias também desapareceram dos desfiles, o único estandarte permitido é aquele que traz a imagem do Presidente, e as bandeiras carregadas pelas “senhoritas” de vestes brancas são todas nacionais.

A menção possível às características profissionais aparece somente nos uniformes envergados por aqueles que desfilam, situação em tudo diferente da participação operária da Primeira República, na qual os trabalhadores compareciam com suas roupas domingueiras e não com seus trajes de trabalho.

¹³ CAPELATO, Idem, p. 41.

A imagem abaixo registra um momento do pronunciamento do Presidente em 1940, nele, de forma semelhante a anos anteriores, Vargas procurou explicitar as diferenças entre o sindicalismo organizado pelo Ministério do Trabalho e aquele que existira durante a Primeira República.



Conforme o discurso, durante o período anterior ao seu governo:

Embora deixados ao abandono, os nossos trabalhadores souberam resistir às influências malsãs dos semeadores de ódios, a serviço de velhas e novas ambições de poderio político, consagrados a envenenar o sentimento brasileiro de fraternidade com o exotismo das lutas de classes. O ambiente nacional tem reagido sadiamente contra esses agentes de perturbações e desordem. A propaganda insidiosa e dissolvente, apenas, impressionou os pobres de espírito e serviu para agitar os mal intencionados¹⁴.

Para complementar com uma das máximas já muito propaladas pelo regime, “Só o trabalho fecundo, dentro da ordem legal que assegura a todos, patrões e operários, chefes de indústrias e proletários, lavradores, artesãos, intelectuais – um regime de justiça e de paz, poderá fazer a felicidade da pátria brasileira”¹⁵. Em tal passagem pode-se perceber não apenas a referência à colaboração entre capital e trabalho no mundo produtivo, como também a importância dessa integração pacífica para o desenvolvimento nacional, idéia constantemente retomada em seus pronunciamentos.

¹⁴ BONAVIDES e AMARAL. Idem, p. 551

¹⁵ Idem, p. 551.

No discurso do ano seguinte o tema seria novamente abordado, entretanto, já com o reconhecimento de que não apenas o trabalho, mas a sua justa remuneração seria fator importante para a manutenção da ordem social, esse é o prenúncio da notícia que viria a seguir: a decretação do salário mínimo unificado em todo o território nacional, apresentado não apenas como fator de justiça social, mas também como impulsionador da economia pela consolidação do mercado interno. Conforme o discurso:

É forçoso observar que, num país como o nosso, onde em alguns casos há excesso de produção, desde que o operário seja melhor remunerado, poderá elevando o seu padrão de vida, aumentar o consumo, adquirir mais dos produtores e, portanto, melhorar as condições do mercado interno¹⁶.

A próxima fotografia apresenta aspectos das comemorações do Primeiro de Maio de 1944, realizadas no estádio municipal do Pacaembu, construído no período, sob inspiração da arquitetura nazi-fascista, na cidade de São Paulo.



Como se pode observar, os trabalhadores continuaram vestindo suas melhores roupas para participar das comemorações, entretanto, como já foi dito, eles tornaram-se espectadores, ocupando seu espaço nas arquibancadas. Nota-se ainda nessa imagem a

¹⁶ Idem, p. 552.

existência de mensagens escritas, nas quais as lideranças dos sindicatos filiados ao Ministério do Trabalho expressavam concordância com as diretrizes governamentais.

Em primeiro plano lê-se: “Trabalhador sindicalizado é trabalhador disciplinado”, numa referência explícita às diferenças entre o sindicalismo do Estado Novo, subordinado ao controle do Ministério do Trabalho, portanto, de caráter ordeiro e pacífico, daquele da Primeira República, que muitas vezes recorreu ao discurso revolucionário e mesmo às ações violentas.

Cabe destacar que essa foi uma tônica de todos os discursos comemorativos do Primeiro de Maio ao longo do Estado Novo, ainda em 1938, salientava Vargas:

Podeis interrogar, talvez: quais são as aspirações das massas obreiras, quais os seus interesses? E eu vos responderei: a ordem e o trabalho! Em primeiro lugar, a ordem, porque na desordem nada se constrói; por que, num país como o nosso, onde há tanto trabalho a realizar, onde há tantas iniciativas a adotar, onde há tantas possibilidades a desenvolver, só a ordem assegura a confiança e a estabilidade¹⁷.

Voltando à fotografia, mais duas faixas podem ser percebidas, uma delas, expressando em letras gigantes a saudação ao presidente, “Estamos Convosco”, e outra que não apenas reforçava a personificação do Estado na figura de Getúlio, como também indicava o conturbado contexto da época: “Viva Getúlio Vargas, comandante do Brasil em Guerra”, externando o entrelaçamento do caráter festivo da data ao reconhecimento da delicada situação internacional e, principalmente, a determinação de seguir o comando de Vargas, como trabalhadores-soldados, na participação brasileira durante a Segunda Guerra Mundial.

Não se pode esquecer, entretanto, que durante os anos em que o Brasil participou do conflito internacional, parte da legislação trabalhista, especialmente a regulamentação da jornada diária de oito horas de trabalho foi suspensa em nome do “esforço de guerra”.

A próxima fotografia também foi feita nas comemorações de 1944, no estádio municipal do Pacaembu, e mostra o momento culminante do ato, quando o Presidente, acompanhado de autoridades civis e militares, desfila em carro aberto saudando a platéia.

¹⁷ BONAVIDES e AMARAL, Idem, p. 549..



Nessa imagem, pode-se observar, em primeiro lugar, a preocupação com o registro dos fatos: nota-se que em pé, na parte frontal do veículo, um cinegrafista filma a multidão que saúda o Presidente, este, por sua vez, retribui a saudação com um aceno bastante peculiar, que se constituiu numa das marcas de sua relação com as massas trabalhadoras. No veículo, entre as demais autoridades, encontra-se o Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho.

Como já foi dito, esse era o momento mais aguardado das festividades, pois, após o desfile, o Presidente realizava um longo discurso saudando os “trabalhadores do Brasil” no qual fazia um balanço de seu governo, destacando as medidas favoráveis aos trabalhadores e, até 1943, encerrava sua participação com o anúncio de uma nova lei trabalhista.

Para concluir é importante salientar que quando da instauração do Estado Novo ficou prevista, para 1943, a realização de um plebiscito que votaria a continuidade ou não do regime, com a entrada do Brasil na Guerra adiou-se indefinidamente tal votação. Entretanto, a aproximação do final do conflito, tornando inequívoca a vitória dos aliados, obrigou o governo a tomar uma série de medidas pra reconduzir o Brasil à normalidade democrática.

O projeto governamental consistia em garantir a permanência de Vargas no poder, e foi com esse objetivo que o governo enfatizou a política de mobilização

popular que vinha ocorrendo desde 1938. Esse processo foi chamado, por Ângela de Castro Gomes, de a “invenção do trabalhismo”¹⁸, além da importância dada às comemorações do Primeiro de Maio, tratou-se de reforçar, através de palestras proferidas pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho, entre 1942 e 1945 (transmitidas semanalmente pela Rádio Nacional), a ligação da figura de Getúlio Vargas com a legislação trabalhista.

Diante da queda inevitável do Estado Novo, os trabalhadores sindicalizados passaram a defender a permanência de Vargas como comandante do processo de redemocratização do país e da instauração de uma nova assembleia constituinte, durante o ano de 1945, tomaram as ruas das principais capitais do país e, aos gritos de “queremos Getúlio” e “Constituinte com Getúlio”, protagonizaram um dos maiores movimentos de massa da história brasileira, o “Queremismo”.

Mesmo que esse movimento não tenha conseguido deter o golpe militar que pôs fim ao Estado Novo, tendo a concordar com a análise de Francisco Martinho de que ele “foi responsável direto pela permanência da classe trabalhadora na cena política brasileira nas décadas subsequentes”¹⁹. Não se pode, entretanto, descuidar do fato de que as comemorações do Primeiro de Maio, com todo o seu apelo sentimental e simbólico, ajudaram a construir a grandiosa adesão ao movimento queremista e provavelmente ficaram na memória de muitos daqueles que, em 1950, através do voto, reconduziram Vargas à presidência da República.

Referências Documentais:

www.cpdoc.fgv.br do Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CDA Vargas).

Gazetinha, Porto Alegre, 6/5/1897.

Revista da Semana, Rio de Janeiro, 10/05/1919.

Referências Bibliográficas:

ARÊAS, Luciana Barbosa. “As comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro (1890-1930)”. *História Social*, IFCH/UNICAMP, nº 4/5, 1997/1998, p. 16-17.

¹⁸ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, 1ª edição, 1988.

¹⁹ MARTINHO, Francisco C. P. “Corporativismo e trabalho: Estado, classes trabalhadoras e organização sindical em Portugal e no Brasil”. In: MARTINHO, Francisco e COSTA PINTO, António (Orgs.) *O Corporativismo em Português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 57.

BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2000.

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto, *Textos Políticos da História do Brasil*, Volume VI, Brasília: Senado Federal, 2002.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

GOMES, Ângela de Ca

.....